



TIPO
603
M

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº: **0301040-4**

Agravante: **TNL PCS S.A.**

Agravado: **Rosália Maria da Conceição**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel Subst: **Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**

Acórdão

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA. PRELIMINARES AFASTADAS. COBRANÇA A MAIOR EM CONTA TELEFÔNICA DA PARTE AUTORA. SUBSTITUIÇÃO DAS FATURAS INDEVIDAMENTE EMITIDAS. VALOR MENSAL DEVIDO DE R\$164,00. RESTITUIÇÃO INDEVIDA DO MONTANTE EXCESSIVAMENTE COBRADO. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA.

1. Inépcia da inicial afastada. Requisitos pertinentes à individualização subjetiva e objetiva da ação presentes à luz do art. 282 do CPC, constituindo o pedido uma decorrência lógica dos fatos e fundamentos jurídicos expostos.
2. Nomeação à autoria rejeitada. Caso dos autos que não se enquadra nas hipóteses de nomeação previstos nos arts. 62 e 63 do CPC.
3. Pagamento mensal do plano de telefonia "Oi Total" acordado em R\$164,00 (cento e sessenta e quatro reais). Comprovação de cobrança excessiva. Determinação de que a demandada emita novas faturas, em substituição as impugnadas na inicial.
4. Restituição indevida do valor excessivamente cobrado de R\$1.076,48 (hum mil, setenta e seis reais e quarenta e oito centavos), já que não ocorreu pagamento pela autora de tal quantia, e nem mesmo do valor incontroverso, e, além disso, não restou comprovada a má-fé da empresa em tal cobrança. Precedentes e Súmula 159 do STF.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso de Agravo no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0301040-4**, da Comarca de Recife, em que figuram como Agravante **TNL PCS S.A.** e, como Agravada, **Rosália Maria da Conceição**

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Agravo legal interposto por **TNL PCS S.A.**, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de ~~out~~ de 2014.

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator Substituto

mwl



TOPE
604
1

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº: **0301040-4**

Agravante: **TNL PCS S.A.**

Agravado: **Rosália Maria da Conceição**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel Subst: **Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**

Relatório

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa, que, com arrimo no art. 557, § 1º-A do CPC, concedeu parcial provimento ao recurso apenas para afastar a condenação da empresa em restituir à autora a quantia excessivamente cobrada no montante de R\$1.076,48 (hum mil, setenta e seis reais e quarenta e oito centavos), mantendo a sentença nos demais termos.

Na presente irresignação recursal, a agravante alega a inaplicabilidade do art. 557 ao caso e defende a legalidade das cobranças injustamente questionadas.

Por fim, pugna pela reconsideração do julgado e, caso assim não suceda, requer a sua análise pelo colegiado.

É o relatório.

Recife, 29 de ~~mar~~ de 2014.

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator Substituto

TOPE
608
M

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº: 0301040-4

Agravante: TNL PCS S.A.

Agravado: Rosália Maria da Conceição

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Rel Subst: Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Voto

Cuida-se de recurso de agravo interposto contra decisão monocrática, merecendo ser destacado, contudo, que não há qualquer argumento novo apto a modificar o entendimento já firmado através da terminativa prolatada por este relator.

Assim, passo a enfatizar os argumentos já explanados na decisão monocrática a fim de elucidar o mérito do recurso.

PRELIMINAR - DA INEPCIA DA INICIAL

A recorrente pugnou pela inépcia da inicial, alegando a ausência de especificação dos acessos telefônicos (móveis ou fixo) que teriam originado as ligações supostamente indevidas (cobradas a maior).

Não merece prosperar a preliminar levantada. Estão presentes os requisitos pertinentes à individualização subjetiva e objetiva da ação à luz do art. 282 do CPC, constituindo o pedido uma decorrência lógica dos fatos e fundamentos jurídicos expostos.

Ora, observa-se na exordial e documentação inclusa nos autos que a autora realizou um acordo com a operadora para efetuar o pagamento de R\$164,00 (cento e sessenta e quatro reais) por diversos serviços, contudo, conforme a argumentação da inicial, a operadora teria cobrado um valor além do acordo, motivo pelo qual a demandante pede pela exclusão do montante cobrado a maior, além da restituição dessa quantia.

Dessa forma, entendo que restou devidamente especificado o pedido na ação, corroborando com o posicionamento do magistrado de primeiro grau.

Logo, rejeito esta preliminar.

DA NOMEAÇÃO À AUTORIA DA PAGGO ADMINISTRADORA DE CRÉDITO LTDA. E DA TELEMAR NORTE LESTE S/A

Em relação a nomeação à autoria, também compartilho do entendimento do juízo *a quo*, na medida em que o caso dos autos não se enquadra nas hipóteses dos arts. 62 e 63 do CPC, a saber:

Art. 62. Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.

Art. 63. Aplica-se também o disposto no artigo antecedente à ação de indenização, intentada pelo proprietário ou pelo titular de um direito sobre a coisa, toda vez que o responsável pelos prejuízos alegar que praticou o ato por ordem, ou em cumprimento de instruções de terceiro.

Verifica-se que o caso não trata de detenção, em nome de *outrem*, da coisa objeto da demanda, nem de prática de ato por ordem de terceiro, já que o contrato foi firmado justamente com a OI (TNL PCS S/A – ora agravante).

609
M

Assim, afasto também esta preliminar.

DO MÉRITO

A celeuma gira em torno dos valores cobrados pela requerida nas contas referentes aos meses de junho a agosto de 2008.

Depreende-se dos autos que a autora aderiu a promoção válida por um período de 3 meses (maio a julho) referente aos serviços de telefonia "Oi Total", num plano com pacote incluindo telefone fixo sem limite de utilização, internet ilimitada e linha de celular com franquia de 50 minutos e sem custo adicional entre aparelhos da Oi, assumindo pagamento mensal no montante de R\$164,00 (cento e sessenta e quatro reais), conforme se verifica nas contas de fls. 33 e 37.

Todavia, houve cobrança de valores excessivos nas mensalidades dos três meses, respectivamente de R\$329,58 (trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos), R\$952,67 (novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos) e R\$286,23 (duzentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos).

A autora afirma que não realizou diversas das ligações previstas nas contas referidas e, de fato, verifica-se um verdadeiro exagero na discriminação das contas, a exemplo da cobrança mensal por mensagens no montante de R\$48,00 (quarenta e oito reais).

Ademais, há previsão de diversas ligações interurbanas, as quais a autora sustenta não ter realizado.

Mister asseverar, ainda, que, no mês anterior a efetivação dos descontos do dia das mães, a conta telefônica da demandante foi bem inferior, totalizando R\$40,23 (quarenta reais e vinte e três centavos - vencimento em 16/05/2008), destoando dos montante abusivamente cobrados nos meses de junho, julho e agosto.

Portanto, a autora demonstrou que o acordo foi no sentido de pagar R\$164,00 (cento e sessenta e quatro reais) pelos serviços prestados e a demandada, pois, realizou cobranças abusivas.

De outra banda, a empresa ora recorrente não acostou qualquer documento capaz de desconstituir os argumentos da demandante.

Diante disso, conclui-se que, enquanto deveria ter sido cobrado em cada uma das 3 (três) faturas a quantia de R\$164,00 (cento e sessenta e quatro reais), totalizando um montante de R\$492,00 (quatrocentos e noventa e dois reais), foi exigido o valor total de R\$1.568,48 (hum mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos), resultando um montante indevido de R\$1.076,48 (hum mil, setenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

Com efeito, o Código de Defesa do Consumidor, no dispositivo 14, disciplina a responsabilidade por danos causados aos consumidores em decorrência de prestação de serviços defeituosos e por informações inadequadas.

O *caput* do mencionado art. 14 do CDC estabelece: "O fornecedor de serviços responde independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos".

Outrossim, por se tratar de relação de consumo e, conseqüentemente, existindo uma parte mais vulnerável na demanda, ocorre a inversão do ônus da

prova, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC, devendo o fornecedor do serviço comprovar a exclusão de responsabilidade, o que não aconteceu na questão.

Destarte, corroboro com o entendimento do magistrado de primeiro grau no sentido de determinar que a demandada emita novas faturas, em substituição as impugnadas na inicial.

No entanto, quanto à restituição do valor excessivamente cobrado de R\$1.076,48 (hum mil, setenta e seis reais e quarenta e oito centavos), em recurso de agravo, realizei o juízo de retratação ao observar que não ocorreu pagamento pela autora de tal quantia, e nem mesmo do valor incontroverso, e, além disso, não restou comprovada a má-fé da empresa em tal cobrança. Nesses casos, a jurisprudência é remansosa no sentido da inaplicabilidade da sanção do art. 940 do CC/2002, a saber:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE DEVOLUÇÃO EM DOBRO NÃO ACOLHIDO POR AUSÊNCIA DE PROVA DE MÁ-FÉ. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. 1. Esta Corte Superior firmou entendimento quanto à aplicação do disposto no artigo 940 do CC/2002 somente quando comprovada a má-fé do credor. 2. O exame de existência de má-fé na conduta da agravada, tese afastada pelo tribunal de origem, demanda reanálise do conjunto fático-probatório, o que é inviável em recurso especial. Súmula n. 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 82.533/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2012, DJe 17/09/2012).

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ATO PROCESSUAL. ANULAÇÃO. PREJUÍZO. NECESSIDADE. PAGAMENTO. JUROS. FORMA DE ABATIMENTO. VENDA E COMPRA. BEM IMÓVEL. IMPOSTO DE RENDA. COBRANÇA DE DÍVIDA JÁ PAGA. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. MÁ-FÉ DO CREDOR. NECESSIDADE. (...) 5. A aplicação da sanção prevista no artigo 1531 do Código Civil de 1916 (mantida pelo art. 940 do CC/2002) - pagamento em dobro por dívida já paga ou pagamento equivalente a valor superior do que é devido - depende da demonstração de má-fé, dolo ou malícia, por parte do credor. Precedentes. Negado provimento ao agravo interno do primeiro recorrente. Agravo interno do segundo recorrente provido, para dar parcial provimento ao seu recurso especial. (AgRg no REsp 1079690/ES, Rel. Ministro SÍDNEI BENETI, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/08/2010, DJe 15/06/2011, REPDJe 16/06/2011).

RECURSOS ESPECIAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. DÍVIDA DECLARADA INEXISTENTE POR DECISÃO JUDICIAL. SANÇÃO CIVIL DO ART. 1531 DO CC/16. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. VERBA HONORÁRIA. SÚMULA 159 DO STF E SÚMULAS 07 E 54 DO STJ. 1. Aplicação restritiva da penalidade prevista no art. 1531 do CC/16, exigindo-se, além da comprovação da má-fé do credor (Súmula 159/STF), também a cobrança de dívida já paga ou a exigência de valor maior ao efetivamente devido. (...) (REsp 877.295/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 15/04/2011).

Ademais, importante destacar a Súmula 159 do STF, que trata da sanção do art. 1.531 do Código Civil de 1916, o qual tem a mesma redação do art. 940 do Novo Código Civil:

"Súmula 159: COBRANÇA EXCESSIVA, MAS DE BOA-FÉ, NÃO DÁ LUGAR ÀS SANÇÕES DO ART. 1.531 DO CÓDIGO CIVIL".

Logo, é incabível a condenação da demandada em restituir tais valores.

Assim, dei parcial provimento ao recurso apenas para afastar a condenação da empresa em restituir à autora a quantia excessivamente cobrada no montante de R\$1.076,48 (hum mil, setenta e seis reais e quarenta e oito centavos), mantendo a sentença nos demais termos.

Diante do expendido, voto pelo **não provimento** do Recurso de Agravo.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

de 2014.

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator Substituto

mwl